

---

Estudos de casos de defesa e promoção de direitos

# Nepal: participação comunitária no planejamento governamental

---

Tema:

Governança

Abordagem de defesa e promoção de direitos:

Acompanhamento de orçamentos governamentais  
Contratos sociais e prestação de contas social  
Pesquisa e análise  
Educação dos membros da comunidade  
Funcionários governamentais: educação

---

O Nepal tem uma lei nacional do planejamento que prevê um processo participativo, permitindo que as comunidades locais contribuam para a definição do planejamento e dos orçamentos locais e distritais. Embora o governo central ainda tenha autonomia para definir suas próprias prioridades, a lei prevê um mecanismo que possibilita às comunidades locais manifestarem suas prioridades e terem seus interesses ouvidos formalmente. Infelizmente, havia pouco comprometimento com esses processos. Muitas comunidades nem sequer tinham ciência dessa oportunidade e as decisões muitas vezes eram tomadas por um pequeno grupo autoeleito de homens politicamente influentes.

A United Mission to Nepal (UMN), organização parceira da Tearfund, tomou conhecimento da lei e percebeu a sua relação com o trabalho realizado com comunidades locais, relacionado a questões de boa governança. Por isso, realizou uma pesquisa sobre a lei pela Internet, entrando em contato com órgãos governamentais e consultando outras organizações sobre o que sabiam a respeito. A pesquisa ajudou a organização a entender o motivo pela falta de comprometimento com a lei, e lhe permitiu identificar maneiras de garantir o seu cumprimento.

Foi decidido realizar um trabalho de conscientização sobre a lei, com o objetivo de facilitar a participação comunitária no processo local de planejamento e promover uma maior transparência e prestação de contas nas autoridades locais. Para isso, realizaram reuniões comunitárias com membros e líderes comunitários, representantes de partidos políticos e a imprensa, além de workshops de treinamento.

Após conhecerem seu direito de participar do planejamento local, as comunidades receberam apoio para elaborar propostas que levassem em conta as necessidades e prioridades da comunidade, bem como para apresentá-las de acordo com a lei. Essas reuniões participativas garantiram que todos fossem ouvidos e que as propostas selecionadas realmente representassem os interesses da comunidade. Também permitiram que os membros das comunidades, recém empoderados, dessem continuidade ao processo por conta própria, após o fim do apoio.

---

*Nepal: participação comunitária no planejamento governamental*

Retirado do Kit de Ferramentas de Advocacy, escrito por Joanna Watson. Segunda edição, 2015

Seção E1: Pesquisa e análise – Visão geral, página 90

[www.tearfund.org/tilz](http://www.tearfund.org/tilz)